

A Hermenêutica da Profundidade: o referencial teórico-metodológico para análise da ideologia

Depth Hermeneutics: the theoretical-methodological framework for the analysis of ideology

Andrei Maurey

andreimaurey@gmail.com

Doutorando em Comunicação Social pela PUC-Rio, mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio (2018), pós-graduado em Comunicação e Imagem pela PUC-Rio (2016), pós-graduado em História da Sociedade Brasileira pela UVA (2015), pós-graduado em Roteiro para Cinema e TV pela UVA (2013), graduado em Cinema pela UNESA (2011). É integrante do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia, da IUPERJ. É membro do corpo editorial da Revista Entropia, da IUPERJ. Tem experiência na área de estudos de Mídia, Ideologia e Televisão, Teoria da Ficção e Ficções Seriadas, Análise da Estrutura Narrativa, Estrutura Dramática e Roteiro Audiovisual.

Fernando Vieira

fermavieira@uol.com.br

Pós-doutor em Educação (UFF), doutor em Sociologia (UFRJ), mestre em História (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP da IUPERJ/UCAM.

Resumo

Neste artigo, iremos expor o referencial teórico-metodológico de John B. Thompson, conhecido como a Hermenêutica da Profundidade (*Depth Hermeneutics*), cuja sistematização, apoiada sobre a necessidade crucial de uma análise crítica do caráter ideológico da comunicação de massa, nos proporciona poderosas ferramentas para estimular a reflexão crítica e desvelar as maneiras com que o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para sustentar e legitimar relações de dominação.

Palavras-chave: comunicação, mídia, ideologia, epistemologia, hermenêutica.

Abstract

In this article, we will present the theoretical-methodological framework of John B. Thompson, known as Depth Hermeneutics, whose systematization, based on the crucial need for a critical analysis of the ideological character of mass communication, provides us with powerful tools to stimulate critical reflection and reveals the ways in which meaning, linked to the symbolic forms of the media, serves to sustain and legitimize relations of domination.

Keywords: communication, media, ideology, epistemology, hermeneutics.

1. Introdução

O lugar ocupado pela mídia no âmbito social hodierno é evidente, e seus efeitos extensivos geram um profundo impacto para toda a sociedade. Não há mais espaço exterior à mídia; ela está presente em todo lugar e atua determinando inúmeras esferas da vida social. Com isso em mente, um modo de dissecar seus conteúdos e obter respostas concretas acerca de sua relação com o modo de produção que a engendra é através da análise crítica. Sem ela, dificilmente compreendemos as ideias que constituem o sentido no âmbito da produção; os fenômenos representados e sua relação com a sociedade; os discursos

que percorrem seus fluxos diários de programação e conteúdo; os interesses particulares por detrás da construção dessas narrativas; a espetacularização e o sensacionalismo do cotidiano no campo da organização jornalística/televsiva para fins político-ideológicos, etc. Isto posto, na literatura contemporânea, observamos incontáveis autores nos estudos sobre mídia cujas obras objetivam construir explicações para uma melhor compreensão desses e de outros processos intrínsecos à sua atividade.

John B. Thompson (2009), preocupado com problemas de caráter teórico geral, como a ideologia e sua reprodução através da comunicação de massa, as questões acerca do conceito de cultura, as transmissões

culturais e seus efeitos na vida política e social, procura estabelecer uma ligação com problemas de natureza metodológica. Para ele, interpretar a ideologia é, afinal, “explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas¹ e as relações de dominação que esse sentido mantém” (Thompson, 2009, p. 35). Assim, tendo como influência direta os pensadores da tradição hermenêutica dos séculos XIX e XX, especialmente Dilthey, Gadamer, Heidegger e Ricoeur, o pensador norte-americano se aproveita dessas reflexões filosóficas sobre o ser para ajustar contas com a hermenêutica crítica e propor soluções para algumas de suas contrariedades, principalmente quando desenvolve apontamentos em relação às obras de Wittgenstein, Ricoeur e Habermas² (Thompson, 1981).

Neste artigo, portanto, pretendemos expor o marco referencial teórico-metodológico de John B. Thompson, conhecido como a Hermenêutica da Profundidade (*Depth Hermeneutics*), cuja sistematização, apoiada sobre a relevância da análise do caráter ideológico da comunicação de massa, nos proporciona ferramentas preciosas para estimular uma reflexão crítica e desvelar as diferentes maneiras com que o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para manter, sustentar e justificar relações assimétricas de poder, isto é, relações de dominação. O autor evidencia que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, o que exige uma interpretação. Então, ele a desenvolve em três fases ou procedimentos: i) *Análise Sócio-Histórica*: interessada em reconstruir as condições sócio-históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; ii) *Análise Formal ou Discursiva*: levam-se em consideração as formas simbólicas como construções complexas, as quais apresentam uma estrutura articulada; iii) *Interpretação/Reinterpretação*: nela, um movimento novo e crucial é extremamente necessário para o processo, ou seja, a construção criativa de possíveis significados e uma explicação interpretativa (e reinterpretativa) do que está representado ou do que é dito pelas formas simbólicas analisadas (Thompson, 2009, p. 34).

2. A Hermenêutica da Profundidade: a metodologia de John B. Thompson

[...] não esteve a tradição da hermenêutica interessada primariamente com problemas de significado e compre-

ensão, com as maneiras como o mundo sócio-histórico é criado por indivíduos que falam e agem, cujos discursos e ações podem ser compreendidos por outros que partilham desse mundo? [...] como pode essa tradição fornecer-nos recursos metodológicos que deem conta não somente da constituição significativa do mundo sócio-histórico, mas também de sua constituição como um campo de força³, um território de poder e conflito em que o “significado” pode ser uma máscara para a representação? (Thompson, 2009, p. 361-362).

O autor elabora uma teoria da ideologia em paralelo com os meios de comunicação de massa, focando sua atenção nos processos sociais e nas formas simbólicas contidas neles, levando em consideração a *mediação*⁴ da cultura moderna. Segundo ele, a ideologia é o sentido atrelado às formas simbólicas no intuito de manter, sustentar e justificar as relações de dominação. Para isso, ele defende que essas formas simbólicas podem ser apropriadamente conceitualizadas e compreendidas através da Hermenêutica da Profundidade (HP). Logo no início, o pensador norte-americano revela um de seus principais enfoques:

[...] as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos: se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende das maneiras como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos (Thompson, 2009, p. 17).

Os usos sociais das formas simbólicas como ideológicas exige, portanto, uma profunda e minuciosa análise. Por isso, a HP surge não como uma alternativa aos métodos de análise existentes, mas como um referencial geral, cuja potência jaz na possibilidade de inter-relacionar diferentes enfoques (cultura, ideologia, comunicação de massa) de um modo sistemático, iluminando seus mais profundos aspectos. Além disso, lembra o autor, o mundo sócio-histórico não é um campo-objeto que existe apenas para ser observado; ele se constitui também como um campo-sujeito, onde os indivíduos, “no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (Thompson, 2009, p. 358). A tradição da hermenêutica, por conseguinte, demonstra que “os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são, como os próprios

1 Por “formas simbólicas” o autor compreende “uma ampla variedade de fenômenos significativos desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte” (Thompson, 2009, p. 183).

2 Para não nos desviarmos de nossos objetivos, optamos por não explorar as questões abordadas nas obras desses autores, pois elas diferem significativamente do marco referencial teórico-metodológico discutido nesse artigo.

3 Grifo do autor.

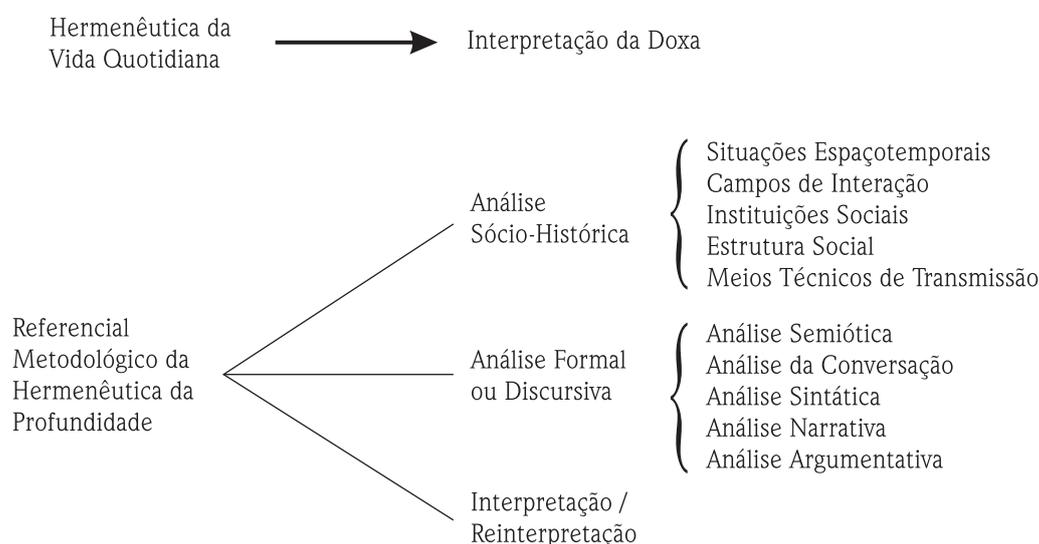
4 O autor faz uso da palavra “mediação” como forma de expressar a mediação através da mídia especificamente, ou seja, o processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia.

analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão” (Thompson, 2009, p. 359). O fato do objeto da análise ser uma construção simbólica exige, portanto, que se faça uma interpretação:

[...] quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte (Thompson, 2009, p. 359).

Assim, como ponto de partida primordial e indispensável, o autor aponta a necessidade de uma “hermenêutica da vida cotidiana”, isto é, uma interpretação da *doxa*⁵ – “uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social” (Thompson, 2009, p. 364). Negligenciar essa etapa tão crucial seria certamente desprezar uma condição valiosa, até fundamental, da pesquisa sócio-histórica, para fins de uma análise devidamente concreta. Não obstante, deve-se ir além, pois, do contrário, os resultados atingidos seriam deveras superficiais. Desse modo, sua metodologia compreende três fases ou procedimentos adicionais que devem ser vistos não como estágios separados, mas como partes de um processo interpretativo complexo, como mostra a tabela:

Tabela 1 – Formas de Investigação Hermenêutica⁶



Fonte: Thompson, 2009, p. 365.

1) *Análise Sócio-Histórica*: as formas simbólicas não subsistem num vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas. O objetivo aqui é reconstruir as condições sócio-históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Entre as distinções, temos as seguintes: i) *as situações espaço-temporais*: as formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais (as pessoas empregam vários tipos de “capital”); ii) *campos*

de interação: um espaço de posições e um conjunto de trajetórias que, conjuntamente, determinam algumas das relações entre pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas; iii) *instituições sociais*: elas dão uma forma particular aos campos de interação. Devem-se reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, traçar seu desenvolvimento através do tempo e examinar as práticas e atitudes das pessoas que agem a seu favor e dentro delas; iv) *estrutura social*: devem-se identificar as assimetrias, as diferenças e as divisões, determinar que assimetrias são sistemática e relativamente estáveis – isto é, averiguar quais delas são manifestações não apenas de diferenças individuais, mas coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidades de realização; v) *meios técnicos*

⁵ Para elucidar essa etapa, o autor se baseia nos enfoques discutidos nas obras de Wittgenstein, nos textos fenomenológicos de Husserl e Schutz e na etnometodologia de Garfinkel e Cicourel, entre outros.

⁶ No original: *Forms of Hermeneutic Investigation*.

de transmissão: as formas simbólicas implicam necessariamente algum meio de transmissão⁷, por isso a preocupação em desvelar como os meios conferem características, certo grau de fixidez e reprodutibilidade, e a possibilidade de participação para os sujeitos (Thompson, 2009, p. 366-369). Em outras palavras:

A tarefa da primeira fase do enfoque da HP é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (Thompson, 2009, p. 369).

2) *Análise Formal ou Discursiva*: as formas simbólicas são os produtos de ações situadas que estão baseadas em regras, recursos, etc. disponíveis ao produtor. Mas elas são também algo mais, pois são construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito. Aqui, a investigação deve recair sobre a organização interna das formas simbólicas, suas características estruturais, seus padrões e relações. Suas distinções são: i) *análise semiótica*: implica o estudo das relações entre os elementos que compõem a forma simbólica, ou o signo, e das relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo, do qual a forma simbólica, ou o signo, podem ser parte; ii) *análise da conversação*: estudar as instâncias da interação linguística nas situações concretas em que elas ocorrem, e prestar atenção às maneiras como elas estão organizadas, realçando algumas das características sistemáticas, ou “estruturais”, da interação linguística; iii) *análise sintática*: preocupa-se com a sintaxe prática ou a gramática prática que atua no discurso do cotidiano; iv) *análise narrativa*: devem-se identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história; v) *análise argumentativa*: algumas formas de discurso, como as construções linguísticas supraproposicionais, podem abranger cadeias de raciocínio que podem ser reconstruídas de várias maneiras; assim, devem-se reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso (Thompson, 2009, p. 369-375).

3) *Interpretação / Reinterpretação*: apesar de depender das anteriores, essa fase é totalmente distinta. Nela, a interpretação depende de um movimento novo de pensamento, realizado por síntese e pela construção criativa

7 O autor dá exemplos de meios de transmissão, como as ondas aéreas moduladas, no caso de uma conversa face a face; ou mecanismos complexos de codificação e transmissão eletrônica, no caso da difusão de rádio e televisão. Esses meios estão expostos no capítulo 4 (Thompson, 2009, p. 219).

de possíveis significados. Trata-se de uma etapa crucial no processo de análise. “Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa de significado, isto é, de uma explicação interpretativa” (Thompson, 2009, p. 375). Não obstante, o processo de interpretação transcende a contextualização das formas simbólicas e é simultaneamente um processo de reinterpretação, pois os objetos de análise são parte de um “campo pré-interpretado⁸” (Thompson, 2009, p. 375-377).

Por último, ao estabelecer esse referencial metodológico, o autor demonstra como diferentes tipos de análise podem ser empregados, conjuntamente, para fornecer informações precisas do caráter de construtos sócio-históricos das formas simbólicas. É válido ressaltar que essas análises devem sempre se complementar, pois do contrário uma análise sócio-histórica realizada num enfoque autossuficiente pode levar à *falácia do reducionismo*⁹; assim como uma análise formal ou discursiva divorciada das condições e dos aspectos sócio-históricos pode levar à *falácia do internalismo*¹⁰. Na próxima parte, discutiremos como a HP pode ser empregada para a interpretação da ideologia contida nas formas simbólicas da comunicação de massa.

3. Análise da ideologia nas formas simbólicas: uma forma particular da HP

A categoria básica para a análise da comunicação e da cultura é a ideologia (Cohn, 1973, p. 161).

O gigante da sociologia da comunicação no Brasil já chamava a atenção para essa categoria tão crucial para o processo de análise dos produtos midiáticos. No entanto, ao longo do tempo, ela foi tendo sua presença reduzida, em geral, nos debates teórico-acadêmicos das últimas décadas. Alguns autores sugeriram anos atrás que estaríamos vivendo o fim da ideologia¹¹, mas sua produção

8 Quanto a isso, o autor ressalta que esse processo é necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto à discussão. É justamente essa possibilidade de um conflito de interpretações que cria o espaço metodológico para o que ele descreve como “o potencial crítico da interpretação” (Thompson, 2009, p. 376).

9 Segundo ele, é “a falácia de supor que as formas simbólicas podem ser analisadas exaustivamente em função das condições sócio-históricas de sua produção e recepção” (Thompson, 2009, p. 377).

10 Segundo ele, é “a falácia de supor que alguém pode identificar as características e as consequências das formas simbólicas investigando unicamente as formas simbólicas, sem referências às condições sócio-históricas e aos processos quotidianos dentro dos quais e através dos quais essas formas simbólicas são produzidas e recebidas” (Thompson, 2009, p. 377).

11 Um dos autores que deu por fim esse debate foi Francis Fukuyama, sugerindo que, após a queda do Muro de Berlim, a

acadêmica continua bastante intensa nas universidades estrangeiras, principalmente as norte-americanas e britânicas (Brick, 2013; Carmines e D'Amico, 2015; Corner, 2016; Downey, 2008; Downey e Toynbee, 2016; Freeden, 2007; Heywood, 2007; Jost, 2006; Knight, 2006; Phelan, 2016; Rehmann, 2013; Steger, 2013; Zizek, 2009). Por isso, defendemos a importância das pesquisas sobre ideologia crítica no Brasil e sustentamos a necessidade de dar prosseguimento aos estudos de suas características e aspectos constitutivos, pois uma compreensão mais esclarecida acerca desse fenômeno converte-se em poderosa arma para uma crítica contundente do atual modo de produção e sua reprodução via mídia:

A análise da ideologia, [...] está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder (Thompson, 2009, p. 75-76).

De fato, o entendimento da reprodução ideológica ocorrida nas sociedades modernas e/ou contemporâneas sempre foi árdua tarefa. Não obstante, no mundo hodierno, onde vemos as raízes ideológicas diluídas por todas as esferas da vida social, como tornar sua percepção mais nítida? Como iluminar os pontos ideológicos de práticas cotidianas que, de tão presentes e entrelaçadas com a cultura, adquiriram um caráter natural? “Como combatemos um poder que se tornou o ‘senso comum’ de toda uma ordem social em vez de um poder que é amplamente percebido como alheio e opressivo?” (Eagleton, 1997, p. 106). Com isso em mente, compreendemos que a categoria *ideologia crítica*¹² é de veras polêmica, mas defendemos que deve ser posta novamente em um patamar primordial de análise. Vejamos sua definição:

Concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo. Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que

democracia liberal havia atingido seu ápice frente às demais ideologias concorrentes, constituindo-se como o degrau final da evolução ideológica da humanidade (a forma final de governo). Segundo ele, o mundo estava adentrando um terreno onde não haveria mais espaços para “lutas ideológicas”, ou seja, seria o “fim da história”. Ver mais em Fukuyama (1992). Por outro lado, há poderosas alternativas sistêmicas as quais as falácias de Fukuyama não levaram em consideração (Anderson, 1992).

12 Chama-se de ideologia crítica aquela que parte do pressuposto de que ideias, pensamentos, conceitos e representações tendem a sustentar, legitimar e manter a ordem social estabelecida, ao contrário de uma perspectiva “neutra”, isto é, apenas um conjunto de ideias e pensamentos que habitam a mente de um indivíduo ou de uma formação social.

o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador; ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos¹³ (Thompson, 2009, p. 73).

Em resumo, a interpretação da ideologia, então, apóia-se sobre todas as fases da HP. No nível da primeira fase, a análise sócio-histórica, “a preocupação com a ideologia orienta nossa atenção em direção às relações de dominação que caracterizam o contexto dentro do qual as formas simbólicas são produzidas e recebidas” (Thompson, 2009, p. 378). Em seguida, devemos nos dirigir para a segunda fase, a análise formal ou discursiva, a fim de “identificar as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado” (Thompson, 2009, p. 378). Durante essa etapa, o autor sugere o uso de uma poderosa chave de análise, denominada como os *modi operandi* gerais da ideologia; todavia, para que possamos compreendê-los, faz-se necessária a elucidação de alguns aspectos fundamentais:

1) *A noção do sentido*: baseada na concepção simbólica de Geertz, é o significado que incorpora as formas simbólicas. Ele distingue cinco aspectos das formas simbólicas (Thompson, 2009, p. 183-193): i) o *intencional*: as formas simbólicas são expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos); ii) o *convencional*: a produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos; iii) o *estrutural*: as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada, isto é, consistem de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros; iv) o *referencial*: as formas simbólicas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa; v) o *contextual*: as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas¹⁴. Por último, ressalta: “[...] a inserção destas em contextos sociais implica que, além de serem expressões de um sujeito, [...] as formas simbólicas podem carregar os traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção” (Thompson, 2009, p. 193).

13 O autor faz uma importante ressalva: “[...] não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas *podem* ser errôneas e ilusórias” (Thompson, 2009, p. 76). Assim, ao levarmos em consideração o erro e a ilusão como fatores contingentes das formas simbólicas, alivia-se da análise da ideologia certa parte de seu peso epistemológico.

14 É válido ressaltar que as características espaciais e temporais das formas simbólicas divergem em algum grau (ou total) nos contextos da produção e recepção, como é o caso das obras audiovisuais da televisão ou até mesmo do cinema.

2) *O conceito de dominação*: para que possamos compreender esse conceito, devemos esclarecer os aspectos acerca dos *campos de interação*¹⁵, concebidos como um espaço¹⁶ onde os indivíduos ocupam determinadas posições e seguem diferentes trajetórias. Esse processo é determinado pela quantidade, volume e a distribuição de recursos, ou “capital”. Há três principais: i) *capital econômico*, a propriedade e os bens; ii) *capital cultural*, as habilidades, o conhecimento adquirido e as qualificações; iii) *capital simbólico*, o prestígio, os méritos e o reconhecimento. Dessa forma, ele denomina de *estrutura social* as assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam os campos e as instituições sociais, isto é, as assimetrias em termos de distribuição de, e acesso a, recursos de vários tipos, poder, oportunidades e chances na vida (Thompson, 2009, p. 195). Para o autor, “poder é a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses: um indivíduo tem poder de agir, poder de intervir em uma sequência de eventos e alterar seu curso” (Thompson, 2009, p. 199). O indivíduo, portanto, age dessa forma, empregando seus recursos disponíveis; e a capacidade que ele tem de agir depende diretamente de sua posição dentro de um campo ou instituição. Por conseguinte, as relações de poder serão consideradas de dominação quando grupos ou indivíduos possuem um poder de maneira estável, de modo que exclua, ou se torne inacessível, a outros.

3) *As diferentes formas como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*: há inúmeras maneiras para isso, principalmente ao prestarmos atenção à interação entre sentido e poder nas instâncias da vida social. Para isso, ele propôs os modos de operações gerais da ideologia¹⁷ (Thompson, 2009, p. 82-88). Eles são:

a) *A legitimação*, que afirma que as relações de dominação precisam ser representadas como justas e dignas de apoio. Entre as estratégias, encontramos: i) a *racionalização*, quando o produtor, de uma forma simbólica, cria uma cadeia de raciocínio pela qual procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir a audiência; ii) a *universalização*, quando os acordos que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e estão sempre abertos a qualquer um que

tenha a habilidade de ser bem-sucedido; iii) a *narrativização*, quando a história conta o passado e trata o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.

b) *A dissimulação*, que afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas ou representadas de modo a desviar nossa atenção. Entre as estratégias, temos: i) o *deslocamento*, quando um termo usado para se referir a um objeto ou pessoa é usado para se referir a outro, transferindo conotações positivas ou negativas para este outro objeto ou pessoa; ii) a *eufemização*, quando ações, instituições ou relações sociais são descritas de modo a suscitar valorizações positivas; iii) o *tropo*¹⁸, que é o uso figurativo da linguagem, mais comum na literatura, embora esteja também presente nas formas simbólicas audiovisuais.

c) *A unificação*, que afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças que possam separá-los. Entre as estratégias, observamos: i) a *padronização* (ou *standardização*), quando as formas simbólicas são adaptadas a um referencial-padrão; ii) a *simbolização da unidade*, que envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas através de um ou mais grupos.

d) *A fragmentação*, que afirma que elas podem ser mantidas pela não unificação das pessoas numa coletividade, isto é, segmentando indivíduos e grupos capazes de se transformarem num desafio real às classes dominantes. Entre as estratégias, temos: i) a *diferenciação*, que é a ênfase dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando-se nas características que os desunem; ii) o *expurgo do outro*, que envolve a construção de um inimigo, interno ou externo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são proclamados a resistir coletivamente.

e) *A reificação*, que afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se fosse permanente, natural, atemporal. Entre as estratégias, encontramos: i) a *naturalização*, quando determinados processos são representados como acontecimentos naturais, de tal modo que seu caráter social é eclipsado; ii) a *eternalização*, quando fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico e representados como imutáveis, permanentes; iii) a *nominalização* (ou *passivização*), que são recursos gramaticais e sintáticos e acontecem quando sentenças e/ou descrições de ação dos participantes são transformadas em nomes, ou quando são colocadas na voz passiva, eliminando assim o sujeito-produtor desses processos.

15 O autor não examina detalhadamente os termos utilizados por Bourdieu, mas baseia-se neles para formar a concepção de “campos de interação” e “capital”.

16 Thompson separa os campos de interação do que ele chama de instituições sociais, que seriam conjuntos específicos e relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por elas e dentro delas.

17 É fundamental ressaltar que John Thompson não considera esses cinco modos de operações da ideologia como os únicos existentes, tampouco que operam independentemente uns dos outros. Pelo contrário, eles podem se sobrepor e se reforçar mutuamente, tornando as formas simbólicas ainda mais complexas.

18 Por “tropo” o autor entende uma estratégia, ou grupo de estratégias, como a sinédoque, a metonímia e a metáfora.

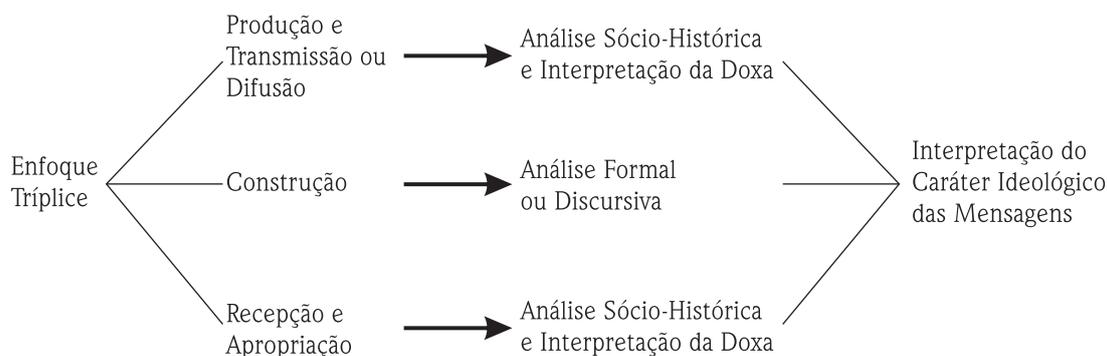
Na terceira fase, a de interpretação/reinterpretação, ele afirma que “interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (Thompson, 2009, p. 379). Por se tratar de um processo de síntese criativa, a interpretação da ideologia requer uma tarefa dupla: o analista precisa dar uma explicação criativa do significado e demonstrar como esse significado serve para estabelecer, sustentar e legitimar relações de dominação. Sabendo disso, o autor alerta para o fato de que essa atividade é arriscada e cheia de conflitos¹⁹:

Arriscada porque o significado de uma forma simbólica não é dado de antemão, fixo, determinado; oferecer

uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir, ou conflitar com outro. [...] A interpretação da ideologia penetra, então, no domínio das afirmações e contra-afirmações, da argumentação e contra-argumentação; não é apenas uma projeção de um significado possível, mas uma intervenção potencial na vida social (Thompson, 2009, p.380).

Em seguida, ampliando ainda mais os limites de seu referencial teórico-metodológico, o autor se aproxima da análise das formas simbólicas *especificamente* mediadas pelos meios de comunicação de massa, distinguindo três aspectos, ou campos objetivos, que chama de “Enfoque Tríplice” (*Tripartite Approach*). Eles são (Thompson, 2009, p. 392-395):

Tabela 2 – Desenvolvimento Metodológico do Enfoque Tríplice²⁰



Fonte: Thompson, 2009, p. 395.

1) *A Produção e Transmissão ou Difusão das formas simbólicas*: é o processo de produção das formas simbólicas e de transmissão e distribuição via canais de difusão seletiva. Eles podem ser mais adequadamente analisados através de uma combinação de uma análise sócio-histórica e pesquisa etnográfica (“interpretação da *doxa*”). Podem-se examinar aqui os padrões de posse e controle dentro das instituições dos meios de comunicação; as técnicas e tecnologias empregadas na produção e transmissão; o recrutamento do pessoal que trabalha na comunicação; e

¹⁹ Além disso, defendemos que toda atividade de síntese criativa, envolvendo ou não significados evidentes, definidos, determinados, está diretamente atrelada e condicionada à potência criativa do analista/pesquisador; isto é, mesmo com inúmeras etapas, processos e atividades, o que de fato contribui em muito para reduzir quaisquer subjetividades ou equívocos, a Hermenêutica da Profundidade ainda depende de uma excelente percepção e capacidade lógico-analítica do responsável pelos resultados.

²⁰ No original: *Methodological Development of the Tripartite Approach*.

os procedimentos rotineiros seguidos pelas pessoas que desempenham suas atividades quotidianas, desde o escrever até o editar, filmar e montar o roteiro, levantar fundos e até comercializar (Thompson, 2009, p. 392-393).

2) *A Construção da Mensagem dos meios de comunicação*: as mensagens transmitidas pela comunicação de massa são produtos que estão estruturados de diversos modos, são construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada. Esse aspecto dá prioridade à análise formal ou discursiva, isto é, foca na questão estrutural das mensagens. Podem-se examinar aqui a justaposição de palavras e imagens; os ângulos, as cores, as sequências das imagens usadas; a sintaxe, o estilo e o tom da linguagem empregada; a estrutura da narração ou argumento; o quanto a estrutura narrativa ou argumentativa dá lugar a subenredos, à digressão ou a discordâncias; o uso de efeitos especiais, como *flashbacks* e sobreposição de sons; as maneiras como a tensão narrativa se combina com características como

humor, sexualidade e violência, etc. (Thompson, 2009, p. 393-394).

3) *A Recepção e Apropriação das mensagens dos meios*: as mensagens são recebidas por pessoas e grupos de pessoas que estão situados dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas, e que empregam os recursos disponíveis a eles a fim de compreender as mensagens recebidas e incorporá-las na sua vida cotidiana. Podem-se examinar aqui as circunstâncias específicas, como em que contextos, com que companhia, com que grau de atenção, consistência e comentários, as pessoas leem livros, assistem a televisão, escutam música, etc.; e as condições socialmente diferenciadas em que as mensagens são recebidas por pessoas particulares, como a recepção das mensagens varia de acordo com classe, gênero, idade, etnia, posição geográfica do ouvinte, etc. (Thompson, 2009, p. 394-395).

Por último, o autor aponta para outro tipo essencial de análise – a apropriação quotidiana dos produtos da comunicação de massa. Sendo indispensável para ampliar a potência da HP, ele identifica algumas características gerais dessa apropriação e indica como elas devem ser analisadas em contextos específicos (Thompson, 2009, p. 403-408):

a) *Os modos típicos de apropriação dos produtos de comunicação de massa*: eles possibilitam ver que algumas características estão ligadas à natureza dos meios técnicos de transmissão, à presença de habilidades, capacidades e recursos exigidos para decodificar mensagens transmitidas pelos meios específicos, e às regras, convenções e exigências práticas ligadas a tal decodificação. Em outras palavras, eles se referem às maneiras típicas como o romance de ficção é lido, como os programas de televisão são assistidos, etc.

b) *As características sócio-históricas dos contextos de recepção*: trata-se de práticas que acontecem em contextos sócio-históricos específicos, em determinados tempos e lugares, isoladamente ou em companhia de outros. Analisá-las como *práticas situadas* implica perceber as características espaciais e temporais dos contextos de recepção (no caso da televisão, quem assiste a determinados programas quando, por quanto tempo, em que lugares, etc.); as relações de poder e de distribuição de recursos entre os assistentes (quem controla a escolha do programa, quem tem a capacidade de conseguir meios técnicos de recepção, etc.); as regras e convenções que governam as práticas de recepção e os padrões consequentes de interação (quem tem a permissão de ver, quando, como o ver televisão se enquadra nas rotinas da vida quotidiana, etc.); as instituições sociais dentro das quais a atividade de assistência acontece (família, etc.); as assimetrias e diferenças sistemáticas e as relações entre ouvintes ou assistentes (homens e mulheres, adultos e crianças, etc.); os meios

técnicos empregados para recepção (televisão, VHS, DVD, etc.).

c) *A natureza e significância das atividades de recepção*: são ações qualificadas – ouvir música, ver televisão, ler livros – realizadas por pessoas para quem as mesmas são, ou podem ser, significativas e até mesmo complexas, como a televisão que pode estar ligada enquanto se cozinha, ou se lê o jornal ou se brinca com os filhos; ou seja, pode-se assistir a ela com vários graus de interesse, atenção e concentração.

d) *O significado das mensagens, como interpretado pelos ouvintes*: os produtos comunicativos não são apenas produtos para serem consumidos, mas são também mensagens para serem entendidas, por isso a ênfase na interpretação da *doxa*. É importante analisar o significado na maneira como as mensagens são recebidas e interpretadas, ou seja, reconstruir o sentido que esses receptores dão aos conteúdos que recebem.

e) *A elaboração discursiva das mensagens comunicativas*: as mensagens transmitidas pelos meios técnicos não são meramente recebidas por pessoas particulares em contextos específicos, mas são também discutidas em comum pelos receptores durante a recepção ou depois dela, e são por isso elaboradas discursivamente e partilhadas com um círculo mais amplo de pessoas que podem, ou não, ter vivenciado diretamente o processo de recepção.

f) *As formas de interação e quase interação estabelecidas através da apropriação*: esta característica é complexa, e o autor distingue ainda quatro tipos de interação e quase interação: i) a interação que pode acontecer entre receptores, ou entre receptores e não receptores, dentro da área de recepção primária (a conversa entre pessoas diante da televisão); ii) a interação que pode se dar no decurso da subsequente elaboração discursiva das mensagens (pessoas que não estavam presentes no contexto inicial de recepção ou que não vivenciaram diretamente as mensagens)²¹; iii) os receptores podem se envolver com pessoas que produzem as mensagens (o autor de uma novela, os atores de um filme), e essas formas de envolvimento podem afetar as maneiras como os receptores entendem e avaliam as mensagens; iv) os receptores se constituem como uma comunidade virtual de ouvintes, isto é, podem não interagir mutuamente, mas partilham em comum o fato de receberem as mesmas mensagens, participando de uma coletividade capaz de se estender no tempo e espaço.

21 O autor ressalta que os dois primeiros tipos de interação entre receptores primários e secundários se destacam dos dois últimos, pois de um lado há os receptores e do outro, as pessoas envolvidas na produção das mensagens, ou representadas na construção delas.

4. Considerações finais

Neste artigo, pretendemos expor o marco referencial teórico-metodológico de John B. Thompson, designado como a Hermenêutica da Profundidade. Uma vez percebidos o amplo espaço e a força que os meios de comunicação de massa ocupam e exercem na sociedade contemporânea, faz-se necessária uma análise contundente e minuciosa de seus conteúdos, em busca de respostas concretas que possam ajudar a desvelar as ideias que constituem a produção de sentido nos seus produtos. O autor, portanto, propôs uma sistematização capaz de fornecer ferramentas úteis e preciosas para o estímulo à reflexão crítica e de desvelar como o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para manter, sustentar, justificar e legitimar relações assimétricas de poder.

Além de apontarmos a necessidade de um retorno às análises que incluem a categoria ideologia como ponto nevrálgico nesse processo, abordamos diferentes aspectos, apontados pelo autor, com os quais as formas simbólicas podem ser analisadas, ampliando o alcance de sua metodologia e tornando essas ferramentas mais robustas para a obtenção de resultados ainda mais precisos. Observamos também a importância de unirmos os contextos sócio-históricos ao de uma análise das estruturas intrínsecas às formas simbólicas, pois, do contrário, a interpretação careceria de importantes e indispensáveis informações, como o contexto da produção e transmissão, das mensagens, e da apropriação e recepção por parte do público.

Por conseguinte, defendemos que esse referencial teórico-metodológico, criado para o estudo das formas simbólicas dos meios de comunicação de massa, constitui um potente manancial de estratégias, etapas e processos que nos possibilita compreender as diversas maneiras com que a ideologia é veiculada e transmitida pela mídia, auxiliando-nos a enxergar e desvelar as relações de dominação existentes e em reprodução contínua na nossa sociedade contemporânea.

Referências

- ANDERSON, Perry. 1992. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BRICK, Howard. 2013. The End of Ideology Thesis. In: *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford, UK, Oxford University Press, p. 90-112.
- CARMINES, Edward; D'AMICO, Nicholas. 2015. The New Look in Political Ideology Research. *Annual Review of Political Science*, **18**:205-216.
- COHN, Gabriel. 1973. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo, Fronteira.
- CORNER, John. 2016. Ideology and Media Research. *Media, Culture & Society*, **38**(2):265-273.
- DOWNEY, John. 2008. Recognition and the Renewal of Ideology Critique. In: D. HESMONDHALGH; J. TOYNBEE (ed.), *The Media and Social Theory*. London, Routledge, p. 59-74.
- DOWNEY, John; TOYNBEE, Jason. 2016. Ideology: Towards Renewal of a Critical Concept. *Media, Culture & Society*, **38**(8):1261-1271.
- EAGLETON, Terry. 1997. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo, Editora UNESP, Editora Boitempo.
- FREEDEN, Michael. 2007. *The Meaning of Ideology: Cross-disciplinary Perspectives*. Oxford, Oxford University Press.
- FUKUYAMA, Francis. 1992. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- HEYWOOD, Andrew. 2007. *Political Ideologies: An Introduction*. New York, Palgrave Macmillan.
- JOST, John. 2006. The End of the End of Ideology. *American Psychologist*, **61**(7):651-670.
- KNIGHT, Kathleen. 2006. Transformations in the Concept of Ideology in the Twentieth Century. *American Political Science Review*, **100**(4):619-626.
- PHELAN, Sean. 2016. Reinvigorating Ideology Critique: Between Trust and Suspicion. *Media, Culture & Society*, **38**(2):274-283.
- REHMANN, Jan. 2013. *Theories of Ideology: The Powers of Alienation and Subjection*. Leiden, Brill.
- STEGER, Manfred. 2013. Political Ideologies in the Age of Globalization. In: *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford, UK, Oxford University Press, p. 214-231.
- THOMPSON, John. 1981. *Critical Hermeneutics: Study in the Thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
- THOMPSON, John. 2009. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes.
- ZIZEK, Slavoj. 2009. *Violência – seis notas à margem*. Lisboa, Relógio D'água Editores.

Artigo submetido em 28-09-2018

Aceito em 13-07-2019